



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Orientações gerais para elaboração do Relatório de Sistematização das Conferências Estaduais de Educação Básica.

Este documento tem como objetivo traçar orientações para a elaboração dos Relatórios de Sistematização das Conferências Estaduais de Educação Básica.

O temário das discussões em cada estado deverá tomar por referência os cinco eixos que constituem a estrutura temática da Conferência Nacional de Educação Básica:

- I – Os Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação
- II – Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação
- III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.
- IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica
- V – Formação e Valorização Profissional

Constituirão o Relatório de Sistematização das Conferências Estaduais de Educação Básica

- a síntese da análise das políticas públicas educacionais na última década;
- o registro, por eixo, das modificações propostas ao Documento Referência;
- o registro de outros aspectos abordados, organizados por eixo;
- o registro de outros eixos discutidos na Conferência Estadual.

É necessário que cada relatório tenha dois relatores responsáveis pelo acompanhamento das discussões e pelo registro das posições da maioria e das posições da minoria da Conferência Estadual.

O Relatório de Sistematização das Conferências Estaduais da Educação Básica deverá ser enviado à Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica até 10/01/2008, data estipulada pelo Regimento Interno.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsáveis pela sistematização: Simônia Peres da Silva, Maria José de Barros, Valdirene Alves de Oliveira, Valdivino Souza Ribeiro.

Registre a síntese da análise das políticas públicas educacionais da última década.

Posições Majoritárias:

As políticas públicas educacionais da última década acrescentaram elementos significantes na educação brasileira. Acreditamos que aconteceram alguns avanços: a) LDB; b) referências curriculares nacionais para a educação básica; c) eleição de diretores; d) FUNDEB; e) perspectiva de aprovação do piso salarial para professores, dentre outros elementos.

No que se refere à diversidade e à inclusão a educação deu um passo significativo com a LDB – Lei 9394/96. É possível afirmar que a LDB trata dos princípios e contempla a realidade diversificada do espaço, pois ela sintetiza a evolução dos marcos filosóficos, políticos, legais e pedagógicos, contribuindo com a construção de uma concepção clara de direitos humanos e de cidadania. A mesma lei deixa clara a questão da educação com o processo inclusivo no cotidiano da sociedade. Nesse sentido é possível dizer que a LDB compreende a educação a partir de princípios e valores de diversidade e inclusão (LDB Art. 1º, 3º, 26 A e B, 28.).

A década de 1990 marcou em Goiás um período de mudanças no Ensino Especial. Avanços no reconhecimento das diferenças dos sujeitos no espaço escolar, assim como de suas características intelectuais, físicas, culturais, sociais e lingüísticas. Por outro lado, ficou evidente que o paradoxo exclusão/inclusão é visivelmente vivenciado por todos, incluindo o contexto das escolas, constituído por muitos desafios no processo ensino-aprendizagem.

As políticas públicas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos começam a ser pensadas como modalidade do ensino desde a década de 1980, com a redemocratização do país. No Estado de Goiás e no Município de Goiânia a sistematização dessa modalidade de ensino, na última década, teve como ênfase a construção de propostas pedagógicas específicas.

Atualmente existe na educação um consenso quanto à necessidade em consolidar a prática da gestão escolar, mas para que isso aconteça é preciso ter claro o que é qualidade social na educação básica. Ainda temos no Estado de Goiás escolas feitas de placas, de madeiras, e com estruturas físicas precárias, além da falta de recursos e investimentos proporcionais à necessidade. Assim, do mesmo modo que são reconhecidos alguns avanços nas políticas educacionais da última década ainda existem várias dificuldades: a) falta de consolidação dos conselhos escolares e grêmios estudantis; b) a não garantia da eleição direta para gestores; c) jornada de trabalho excessiva dos professores; d) sobreposição de políticas públicas, projetos e ações, e) falta de compreensão em relação ao verdadeiro papel dos Fóruns e Planos de educação por parte dos educadores; f) os Planos de Educação caíram em descrédito pelo fato de grande parte de seus objetivos e metas não serem efetivamente aplicados; g) A elaboração do Plano Nacional antes da elaboração dos Planos Municipais e Estaduais acabou se constituindo em um empecilho para as discussões dos planos locais; h) A maioria dos Conselhos Municipais e Conselhos Estaduais de Educação ainda não têm a efetiva autonomia em relação ao poder executivo; i) Os governos

federal e estadual têm demonstrado apenas o interesse estatístico com a educação, enquanto que na verdade, nos últimos anos a educação reduziu de forma significativa a sua qualidade; j) as políticas educacionais voltadas para a melhoria da educação mostraram-se insuficientes (não atingiram da mesma forma os diferentes níveis e modalidades) e ineficazes (partiram na maioria das vezes de outras instâncias que não a escola não atendendo as necessidades locais) e ineficientes (dada a irregularidade/descontinuidade das políticas).

Posições Minoritárias

No processo de municipalização do ensino fundamental há vários exemplos díspares. Como princípio de municipalização não deve haver divisão entre as escolas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e para isso é necessário uma maior colaboração e diálogo entre os poderes municipais e estaduais e até mesmo entre escolas. Os salários contribuem com a superação desse problema.

As verbas para a educação são insuficientes, não se trata da insuficiência de repasses, mas a totalidade de recursos disponíveis não contempla a necessidade real.

Que eventos e espaços públicos de debate foram utilizados como referência?

Além da Conferência Estadual de Educação Básica, através de suas palestras e colóquios, em que as políticas públicas educacionais da última década foram contempladas de forma direta e indireta nas discussões, muitos municípios goianos realizaram conferências municipais de educação. Os municípios que realizaram conferências municipais e encaminharam relatórios para a Coordenação Estadual da Conferência de Educação Básica de Goiás são: Adelândia, Aragarças, Arenópolis, Aurilândia, Baliza, Barro Alto, Bom Jardim, Bom Jesus, Cachoeira de Goiás, Cachoeira Dourada, Caldazinha, Córrego do Ouro, Corumbaíba, Firminópolis, Goianésia, Inaciolândia, Jaraguá, Jesópolis, Joviânia, Mineiros, Moiporá, Piranhas, Pirenópolis, Rio Quente, Santa Izabel, Santa Rita do Novo Destino, São Francisco de Goiás, São João da Paraúna, São Luiz dos Montes Belos, Turvânia, Vila Propício.

Eixo Temático e seus desdobramentos

I – Os Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação

- O PDE e as Ações Articuladas
- A Contribuição da Educação a Distância no Fortalecimento dos Sistemas de Ensino
- O PNE na perspectiva dos Planos Estaduais e Municipais de Educação
- Sistema Nacional de Avaliação
- Educação Para Todos ao Longo da Vida
- Função Social da Escola
- O Setor Privado da Educação na Construção do Sistema Nacional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdirene Alves de Oliveira

Documento Referência

Eixo I: Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias:

O Colóquio “O PDE e as ações articuladas” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O Conselho Nacional de Educação tem procurado fortalecer a autonomia dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, no entanto, muitos municípios ainda não possuem seus Conselhos Municipais de Educação, nem sistemas de ensino. Na construção de um sistema nacional articulado de educação faz-se necessário um sistema eficiente de informação, para sistematização e divulgação de dados.

A construção de um sistema articulado de educação implica em considerar os aspectos sociais econômicos dos alunos e uma avaliação mais ampla e contínua. Assim como algumas questões pontuais precisam ser consideradas no PDE e/ou ações articuladas:

- Programas de prevenção voltados para a promoção da saúde e prevenção de doença do professor;
- Reformular currículo do Ensino Médio;
- Melhorar o processo de transferência dos alunos entre os sistemas de ensino;
- Melhorar o processo de informação/formação de professores e gestores sobre a aplicação da Prova Brasil;
- Permanente qualificação do corpo docente tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino;
- Garantir os recursos das ações previstas no PDE e no PAR;
- Otimizar a articulação da sistematização, tempo e informação das ações do PDE;
- Ações educativas voltadas para o primeiro ano do Ensino Fundamental;
- Aumentar os investimentos nos instrumentos pedagógicos como: informatização, bibliotecas, laboratórios;
- Garantir a participação dos alunos na elaboração do currículo;
- Adaptar as formas de ensinar às novas formas de aprender.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdirene Alves de Oliveira

Documento Referência

Eixo I: Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “A contribuição da educação a distância no fortalecimento dos sistemas de ensino” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

Na construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação, as políticas de educação a distância (EAD) podem desempenhar um papel importante. A EAD poderia contribuir efetivamente nos casos em que não existem professores na educação no campo, como exemplo, através do uso do rádio. Pólos de EAD nos povoados também atenuariam a problemática do deslocamento dos alunos para a cidade, para isso, as tecnologias utilizadas devem estar de acordo com a realidade local. O ensino semi-presencial pode contribuir na educação de jovens e adultos, na motivação dos alunos para a exposição de idéias.

Para que a contribuição da EAD seja de fato significativa faz-se necessário um acompanhamento e uma avaliação sistematizados desse processo, de modo que programas e materiais não sejam considerados apenas durante a vigência de um programa. Do mesmo modo, a mediação do professor na EAD é primordial, sobretudo quanto às informações veiculadas pelas tecnologias.

Dentre os aspectos que a EAD possibilita no ensino está a adequação ao ritmo de aprendizagem dos alunos. O atendimento à diversidade não é diferente na EAD: é necessário o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Para a democratização do ensino é necessária a garantia de acesso aos meios de comunicação às comunidades mais carentes, ampliando o processo de inclusão digital (aspectos técnicos e cognitivos).

A internet é um meio de comunicação ecológico na medida em que reduz o gasto com papel e economia de transporte reduzindo a poluição. Por meio dela e de outras tecnologias de informação e comunicação é possível o intercâmbio entre as escolas, secretarias e demais instituições de ensino, facilitando a divulgação das informações. Além disso, ajuda na gestão participativa (reuniões on-line, discussão de idéias e outros).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdirene Alves de Oliveira

Documento Referência

Eixo I: Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “O PNE na perspectiva de um Sistema Nacional Articulado de Educação” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados pelos participantes no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

Na perspectiva da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação algumas questões mais abrangentes, como o modelo econômico e o projeto de sociedade são indispensáveis na discussão de uma Conferência de Educação. As Conferências de Educação, Estadual e Nacional, devem exigir a derrubada dos vetos do Plano Nacional de Educação.

De dois em dois anos deveriam ser realizadas conferências estaduais precedidas de conferências municipais, buscando a articulação de todos os segmentos vinculados à educação, incentivando a participação de representantes de pais e estudantes, buscando o compromisso de participação dos secretários de educação, presidentes de conselhos municipais e estaduais, presidentes de comissões de educação do poder legislativo e comunidade escolar. Assim como serem realizados seminários estaduais para discutir o processo de revisão da LDB.

A Conferência Estadual de Educação Básica de Goiás deveria se manifestar em relação à necessidade do encaminhamento e aprovação do Plano Estadual de Educação de Goiás, sem vetos ou emendas, garantindo a legitimidade do trabalho do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública.

No processo de construção de um Sistema Articulado de Educação devem existir ações coletivas entre a UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) e a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e a esfera estadual (Fórum Estadual de Educação e Secretaria Estadual de Educação) na elaboração dos planos municipais de educação. Do mesmo modo, deve haver mais articulação entre os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, Secretarias Municipais com as unidades educacionais de forma periódica, por meio de audiências, seminários e outros. Além disso, os Conselhos Municipais de Educação necessitam de autonomia nos aspectos políticos, financeiros e administrativos.

Além disso, as lutas em prol da valorização dos profissionais da educação devem ser reforçadas, sobretudo no que diz respeito à definição de piso salarial e na elaboração de planos de carreira, assim com na luta pela garantia de recursos financeiros apropriados para o avanço.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdirene Alves de Oliveira

Documento Referência

Eixo I: Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Acrescentar o trecho abaixo na página 5 do Texto Referência após o antepenúltimo parágrafo.

As escolas devem promover uma reflexão sobre os resultados obtidos através do sistema avaliativo (nos diversos instrumentos). Essa reflexão deve ser viabilizada por comissões avaliativas constituídas nas escolas (pais, alunos, professores) e envolver representações das secretarias municipais e estaduais e Ministério da Educação, tendo em vista uma discussão qualitativa sobre os resultados das avaliações, do contexto de cada resultado (por região, por escola e até por aluno) bem como sobre as ações necessárias para vencer os desafios. Assim, conseqüentemente as políticas públicas poderão contemplar os anseios das escolas.

Um processo avaliativo, numa Política Nacional de Avaliação, que seja norteador do processo educacional, deve estar próximo da realidade de cada estado e município, de modo que as avaliações nacionais devem considerar a diversidade, valorizar o currículo diversificado e ao mesmo tempo se aproximar do conteúdo trabalhado em sala de aula.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdirene Alves de Oliveira

Documento Referência

Eixo I: Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Acrescentar o texto abaixo no Texto Referência, na página 4, após o penúltimo parágrafo:

A educação para todos ao longo da vida pressupõe que deve haver igualdade de oportunidades para todos. As matrículas devem levar em conta as especificidades da realidade dos alunos, como por exemplo, as mães que têm muitos filhos. A escola deve se enquadrar segundo as necessidades dos alunos e não o contrário. Ao longo de toda a vida o professor deve estudar ininterruptamente, não fazer cursos apenas na expectativa de incentivos financeiros, mas buscar uma formação humana e ética, para além dos conhecimentos específicos e que também considere as mudanças em curso na sociedade, como a capacitação em informática e como trabalhar o senso crítico nos alunos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdirene Alves de Oliveira

Documento Referência

Eixo I: Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Acrescentar no texto referência, na página 4, após o último parágrafo:

As instituições de educação básica devem ser reconhecidas na sua função eminentemente social, assim como ser reafirmado o sentido de humanização das instituições de educação básica, em seus aspectos culturais, intelectuais e de socialização. É preciso que as políticas sejam planejadas, levando em consideração a concepção de educação de qualidade socialmente referenciada; o que significa partir das necessidades dos sujeitos concretos.

Como princípio democrático é preciso garantir a participação efetiva dos educandos, pais e professores na definição das políticas que serão destinadas às instituições de educação básica. A realização das finalidades das instituições de educação básica perpassa pela avaliação e redimensionamento dos mecanismos burocráticos que dão sustentação ao sistema.

Os órgãos que compõem o sistema precisam melhorar a relação estabelecida com as famílias, bem como a representação que têm dos educandos. A valorização dos profissionais da educação básica é um dos itens, entre os emergentes encaminhamentos para a definição de políticas que considerem a função social da escola e primam pelo êxito das instituições de educação básica.

O fortalecimento do Sistema Nacional de Educação está relacionado ao fortalecimento das instituições de educação básica e destas para com os sistemas. Uma possível intervenção nos canais abertos de TV e rádio, por meio de políticas públicas, seria importante para garantir a qualidade de informação, além disso, seria válido apoiar o fortalecimento da TV pública de caráter educativo e cultural.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Não houve.

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):

Posição Majoritária

Posição Minoritárias



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Além dos eixos abordados no Texto Referência, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo eixo:

Não houve.

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):

Posição Majoritária

Eixo Temático e seus desdobramentos

II – Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação Básica

- O Papel das TICs na Educação e a Inclusão Digital
- Transversalidade da Educação Especial na Educação Básica
- Gestão Democrática das Escolas e dos Sistemas de Ensino: relação entre sujeitos e as instâncias de participação
- As Tecnologias e Conteúdos Multimidiáticos na Educação Básica
- Educação Infantil em novas perspectivas
- Ensino Médio Integrado e Educação Profissional
- Ensino Fundamental de Nove Anos
- Educação de Jovens e Adultos
- Currículo, Tempo e Espaço
- Leitura – promoção e formação de mediadores



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsáveis pela sistematização: Simônia Peres da Silva e Maria José de Barros

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “O Papel da TIC’s na Educação e a Inclusão Digital” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O grupo sistematizador sugere que seja inserido o trecho abaixo na p. 8, no final do 6º item (O Papel da TIC’s na Educação e a Inclusão Digital).

A educação de qualidade requer melhorar a estrutura física das escolas como um todo (paredes, sala de aula, salas multisseriadas, bibliotecas, quadras, área de lazer e esportivas completas, etc.), ou seja, espaços físicos de qualidade e prazerosos para o profissional de educação e para o aluno. Desse modo, são necessários investimentos de consolidação das políticas públicas a curto prazo, incluindo a infra-estrutura da escola, qualificação, pesquisa na educação básica e ensino superior. Atendidas estas demandas estruturais, pode-se pensar na importância do papel das TIC’s na escola:

1) O uso de tecnologias e conteúdos multimidiáticos na educação básica implica não só instrumentalizar e repassar técnicas, mas olhar criticamente sobre o impacto das mídias na sociedade, buscando soluções usando tecnologia, ou não, articuladas com Políticas Públicas. Nesse sentido, é preciso fazer com que essas tecnologias sejam percebidas pelos alunos e professores como instrumentos de emancipação da sociedade, possibilitando uma visão crítica do contexto econômico, político, social e também das mídias. Como por exemplo, questionar e exigir qualidade na programação dos canais abertos, não apenas de censura;

2) Compreendemos que a educação tem que sair do bojo das políticas partidárias, garantindo discussões e ações que levem à qualidade efetiva na Educação Básica, articuladas com pesquisas que possibilitem a apropriação pelos alunos/professores das linguagens científicas, mas, sobretudo pensar a escola a partir de sua realidade concreta, entendendo que na inclusão digital, como parte da inclusão social, não pode haver, portando, dissociação;

3) Criar mecanismos para sociabilização e aplicação do conhecimento tecnológico na base: professores e servidores administrativos. Proporcionar formação em trabalho

que contemple/utilize um conjunto de princípios e instrumentos midiáticos, visando repensar e modificar as práticas educativas, bem como ajudar os profissionais da educação na compreensão crítica das diversas mídias, seus conteúdos e linguagens (som, imagem e movimento), que muitas vezes massificam e condicionam os sujeitos;

4) Ampliar a compreensão e prática de avaliação dos sistemas educacionais, não como um fim, mas usando os resultados para as ações concretas dos entes União, Estados e Municípios.

5) Proporcionar condições de trabalho e condições de participação (salarial, gestão qualificada e formação continuada dos mesmos) para que o grupo gestor seja capaz de realizar auto-gestão e criar condições para que todo professor seja pesquisador de sua própria prática. Garantir a participação de quem está na escola, promovendo encontros regionais de qualificação para professores;

6) Fomentar o uso das TIC's visando a melhoria cultural e de comunicação, garantindo pluralidade de tecnologias (produtos, softwares educacionais, câmeras digitais, TV, vídeos, DVD, livros, revistas e outros).

7) Produção de softwares educacionais por regiões (referência à cultura local e criando softwares tutoriais de interação e não de reprodução), lembrando que o papel da tecnologia não é salvar a educação, "tecnologias não são remédios da educação";

8) A inclusão digital deve considerar as diversidades culturais na produção das multimídias, modificando, se necessário, as nomenclaturas e linguagens midiáticas, visando a inclusão tecnológica;

9) Garantir que não ocorra nos programas educacionais sobreposição de ações, mas tentar elaborar projetos dentro de uma visão sistêmica e integralizadora, articulando as ações tanto nas Secretarias (Superintendências, Secretarias Regionais, Gerências, etc.), como nos entes federados (União, Estados e Municípios). As Secretarias de educação precisam também buscar criação de diretrizes regionais articuladas que visem democratização e qualidade para as classes sociais menos favorecidas, caracterizando-as como minoria;

10) Garantir espaços e mecanismos que realmente promovam a gestão democrática, não apenas a comunicação de decisões, buscando romper com a divisão social do trabalho escolar, pessoas que pensam educação e outros que executam.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Simônia Peres da Silva e Maria José de Barros

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Transversalidade da Educação Especial na Educação Básica” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O grupo sistematizador sugere que seja inserido o trecho na pág. 7, no final do 1º tópico (Transversalidade da Educação Especial na Educação Básica)

Desse modo, destacamos alguns pontos importantes para a Educação Especial e Infantil de qualidade: a) garantir o aumento da oferta do Ensino Especial, bem como a formação continuada dos professores para atuar nesta área, conforme prevê o Artigo 208 da Constituição Federal; b) garantir o ingresso de profissionais graduados na Educação Infantil; c) aumentar os recursos destinados ao atendimento da Educação Infantil; d) trabalhar com o censo do ano em exercício, considerando o uso das tecnologias nas escolas e nos sistemas de ensino; e) garantir a autonomia para as escolas adequar o currículo de acordo com as diferentes realidades, através do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar, buscando a valorização das ações concretas dos profissionais na escola e iniciativas voltadas para a prestação de serviços educacionais públicos de qualidade; f) instituir um centro de atendimento à diversidade em cada município; g) restaurar o espaço físico para acessibilidade e ações que promovam a permanência dos alunos da Educação Especial, em caráter emergencial; h) politizar o grupo gestor, docentes e os discentes, buscando a conscientização do papel de cada segmento e suas atribuições profissionais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás
Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007
Responsável pela sistematização: Simônia Peres da Silva

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “O Gestão Democrática das Escolas e dos Sistemas de Ensino: relação entre sujeitos e as instâncias de participação” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O grupo sistematizador sugere que seja inserido o trecho na pág. 7, no final do 3º parágrafo (Gestão Democrática das Escolas e dos Sistemas de Ensino: relação entre sujeitos e as instâncias de participação).

No entanto, a consolidação dos princípios de gestão democrática na escola e da qualidade social da Educação Básica requer a divulgação e o esclarecimento para a comunidade escolar do que é *democratização da gestão* e como a população pode participar desse processo, buscando o envolvimento de todos os agentes (alunos, pais, professores, diretores, etc.), bem como a preparação inicial e continuada dos gestores e de todos os servidores envolvidos no processo educativo.

Posições Minoritárias

Inserir o trecho na pág. 7, no final do 3º parágrafo como continuação do texto anterior

Nesse sentido, apontamos algumas ações essenciais para a consolidação da democratização da gestão nos Sistemas de Ensino:

- 1) Incentivar a criação de entidade representativa dos pais em nível municipal, estadual e federal. Para que as mesmas possam se instituir como fórum de discussão e deliberação, além da indicação de representantes.
- 2) Necessidade de ter outras variáveis de avaliação que incluam a avaliação estrutural da escola, laboratórios, bibliotecas entre outros.
- 3) A Gestão democrática precisa ser pensada numa perspectiva mais ampla, incluindo escolas e também os Sistemas de Ensino, implantando processos que contemplem

instrumentos democráticos, tais como a realização de eleições diretas para escolha de diretores nas unidades escolares, consolidação dos conselhos escolares e de classe, dentre outras.

4) Favorecer a participação dos alunos por meio dos grêmios estudantis, que muitas vezes são barrados pela direção das escolas sendo considerados baderneiros;

5) O movimento estudantil entende que o grêmio e a direção da escola devem caminhar juntos para que unidos possam gerar conhecimento político e social para os alunos. Além de buscar melhorias para a educação e melhoria na qualidade de vida dos educadores e alunos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Simônia Peres da Silva e Maria José de Barros

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Educação Infantil em Novas Perspectivas” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O grupo sistematizador sugere que seja inserido o trecho na pág. 7, no final do 4º parágrafo/final do terceiro tópico (Educação Infantil em Novas Perspectivas).

Desse modo, apontamos algumas ações essenciais para a consolidação das políticas públicas para a educação infantil:

1. Garantir que os professores tenham formação específica para atuar na educação infantil, graduação em pedagogia, buscando parcerias com universidades públicas (Estaduais e Federais), para graduação e formação continuada do coletivo dos profissionais da Educação;
2. Elevação do percentual do PIB destinado a Educação Básica;
3. Diretrizes que tenham amplas discussões de representatividade, quanto ao papel da família e da escola, e que ajudem na consolidação e fortalecimento dos conselhos escolares;
4. Definir urgentemente por meio de Resolução dos Conselhos Municipais sobre o corte etário para matrícula e permanência na educação infantil;
5. Discussão mais ampla sobre as propostas curriculares para a educação de nove anos, com o objetivo de eliminar as lacunas e rupturas entre os níveis, entendendo esse processo como continuidade da infância;
6. Planejamento de estruturas e ações integradas dos entes federados: União, Estados e Municípios. Assegurar que os Conselhos Municipais coordenem, orientem e acompanhem a execução das Políticas Públicas para o cumprimento da legislação, tanto das instituições públicas como das privadas, como órgão de controle social;
7. Garantir que as instituições de Educação Infantil pública ou privada obtenham autorização de funcionamento mediante o cumprimento dos padrões mínimos de

qualidade de infra-estrutura, com base na legislação educacional vigente. Disponibilizar tecnologias educacionais e recursos pedagógicos apropriados ao processo de aprendizagem nesta fase escolar;

8. Promover debates com a sociedade civil, por meio de audiências públicas, fóruns municipais de educação infantil, sobre os direitos dos trabalhadores à assistência gratuita a seus filhos em creches e pré-escolas, garantidos na Constituição Federal;

9. Assegurar a igualdade de oportunidade de acesso e respeito sem distinção de gênero.

Posições Minoritárias

Inserir o trecho na pág. 7, no final do 4º parágrafo/final do terceiro tópico como continuação dos itens acima.

6) Garantir a participação dos movimentos sociais na discussão de políticas públicas para a infância;

7) Efetivar políticas institucionais conforme orientações das diretrizes nacionais da educação infantil, possibilitando o atendimento às especificidades desta modalidade de ensino.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Simônia Peres da Silva e Maria José de Barros

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Ensino Médio Integrado e Educação Profissional” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O grupo sistematizador sugere que seja inserido o trecho na pág. 8, no final do 3º tópico (Ensino Médio Integrado e Educação Profissional).

Como contribuições para a democratização da gestão e qualidade social na educação, consideramos os seguintes pressupostos básicos:

1) A formação integrada pressupõe um projeto social no qual as diversas instâncias responsáveis pela educação possam manifestar a vontade de romper com a dualidade existente entre a cultura geral e técnica;

2) A educação integrada não se faz sem a adesão de gestores e professores encarregados da formação geral e da formação específica. É preciso discutir e elaborar coletivamente as estratégias acadêmico-científicas de integração dos conhecimentos, de condução de processos educativos e, no âmbito deste, da elaboração de um currículo que esteja em conformidade com esta perspectiva integradora;

3) A formação integrada não se faz no isolamento institucional, a escola deve levar em conta: **os arranjos produtivos locais**, a visão dos alunos, as possibilidades de inserção social e laboral e as modalidades formativas oferecidas pela escola, bem como sua capacidade em termos de recursos materiais e humanos;

4) A opção pela implantação de um curso de ensino médio integrado à educação profissional pressupõe um constante compromisso com a garantia de investimentos que permitam a oferta pública e gratuita do mesmo com qualidade. **Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de oferta de Cursos de Educação Profissional já realizados nas formas concomitantes e subseqüentes, para os Cursos Técnicos, além de Programas de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores.**

5) Adotar medidas que garantam a periodicidade de recomposição e expansão do quadro de profissionais através de concursos públicos para a educação profissional.

6) Criar espaço permanente de discussão acerca da identidade do Ensino Médio, da integração curricular e dos arranjos escolares para sua implementação, que reúna os professores do Ensino Médio e da Educação Profissional.

7) Avaliação interna e externa da qualidade do Ensino Médio integrado à Educação Profissional que possibilite o redirecionamento.

8) Garantir mecanismos que possibilitem recursos para o Ensino Médio integrado à Educação Profissional para a manutenção de todas as necessidades dos cursos em andamento, inclusive contando com as parcerias.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Simônia Peres da Silva e Maria José de Barros

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Ensino Fundamental de Nove Anos” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O grupo sistematizador sugere que seja inserido o trecho na pág. 8, no final do 1º tópico (Ensino Fundamental de Nove Anos).

Várias dificuldades foram enfrentadas na implantação do Ensino Fundamental de nove anos, a falta de esclarecimento para os pais, o que gerou, inclusive, evasão de alunos para a rede particular; a falta de adequação de lugares, bem como mobiliários para o atendimento de crianças de seis anos (carteiras, mesas, cadeiras, bebedouros banheiros, etc.). Com efeito, existe uma preocupação que a inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental não fique apenas na nomenclatura, ou seja, apenas antecipar o processo de alfabetização com os mesmos tempos e conteúdos que eram oferecidos anteriormente na alfabetização.

Outra preocupação pertinente quanto à entrada de aluno com seis anos no Ensino Fundamental é a falta de experiência e conhecimento sobre esse nível de ensino pelos Sistemas Estaduais. O ideal seria que as crianças, dessa faixa etária, fossem matriculados na Educação Infantil, devido ao acúmulo de conhecimentos históricos voltados para o atendimento dessas crianças. Entretanto, nos municípios onde não existe atendimento na Educação Infantil, a inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental foi positiva. Deste modo, a educação das crianças com seis anos necessita de uma pedagogia específica, capaz de compreendê-las e respeitá-las em suas necessidades cognitivas, pedagógicas, afetivas e lúdicas. Nesse sentido, cabem algumas ações nucleares:

1) Promover ações que visem o esclarecimento dos pais, professores e alunos sobre a temática, promovendo discussões sobre as questões político-pedagógicas que envolvem a temática;

2) Adequação do espaço físico, mobiliário e materiais didáticos para atender as especificidades desta fase da educação, bem como a formação de professores;

- 3) Garantir os materiais didáticos apropriados para as crianças de 1º ao 6º ano, bem como incluir os livros didáticos específicos da educação infantil no catálogo do MEC;
- 4) Ampliação dos programas para capacitação de professores, visando o entendimento das especificidades desta área de trabalho.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Simônia Peres da Silva e Maria José de Barros

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Educação de Jovens e Adultos” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O grupo sistematizador sugere que seja inserido o trecho na pág. 8, no final do 4º tópico (Educação de Jovens e Adultos).

Partindo desses princípios, que visam promover uma mobilização nacional pela qualidade e valorização da Educação Básica, tendo como um dos eixos temáticos: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação, é possível, apontarmos algumas proposições importantes para a educação de Jovens e Adultos:

1. A democratização da gestão implica na consolidação de uma cultura democrática no interior da comunidade escolar, de forma a fazer parte da identidade da escola e dessa maneira criar ações concretas, operacionais e eficientes para cristalizar a gestão democrática na comunidade escolar;
2. Garantir a oferta de merenda escolar para a educação de Jovens e Adultos em todas as suas etapas (Fundamental e Médio);
3. Reconhecer o direito a inclusão digital na EJA, promovendo a compreensão e a apropriação dos avanços científicos, tecnológicos e técnicos, por parte de alunos e professores;
4. Criar mecanismos de integração e compromisso entre todas as modalidades de ensino oferecidas na escola pelos gestores e comunidade escolar;
5. Implementação de um currículo diferenciado que contemple a realidade e os interesses dos educandos da EJA;
6. Propiciar material didático-pedagógico para todas as etapas dessa modalidade, como ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem e permanência do aluno na modalidade da EJA;

7. Recomendar que os Sistemas de Ensinos criem formas de monitoramento da aprendizagem adequadas à realidade local.

Posições Minoritárias

Inserir o trecho na pág. 8, no final do 4º tópico como continuação dos itens acima.

8. Adequação do currículo que seja sensível aos horários de trabalho e problemas familiares dos discentes;

9. Capacitação para os profissionais da EJA, com o objetivo de sistematização e apresentação do currículo;

10. Redirecionamento das matrículas para evitar a disparidade da faixa etária que provoca evasão;

11. Disponibilidade de verba específica para material didático adequado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Simônia Peres da Silva e Maria José de Barros

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Currículo Tempo e Espaço” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O grupo sistematizador sugere que seja inserido o trecho na pág. 9, no final do 1º tópico (Currículo Tempo e Espaço).

O currículo, tempo e espaço, deverá ser mais bem conhecido pelos gestores, professores e comunidade, tomando como base a consolidação das políticas educacionais, diretrizes e ações. Nota-se que a reorganização curricular perpassa a universalidade e requer um pensamento reflexivo com flexibilidade.

A gestão escolar deverá abrir um tempo de discussão para buscar no seio do espaço, educacional, mudanças, paradigmáticas pautadas na estrutura e verticalização do processo educacional. A articulação da gestão escolar garante a construção do currículo clássico, oculto e o fortalecimento de colegiados em todos os níveis, buscando a transversalidade, multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade do ensino aprendizagem.

Percebe-se que o currículo é o carro de condução da educação, estruturado pelo Projeto Político Pedagógico, Plano do Desenvolvimento Escolar, diversificado e articulado, onde professores buscam os seus objetivos. Nesse sentido, faz-se necessário ter uma concepção ampla de currículo que ajude no redimensionamento das formas de organização e de gestão de tempo e espaço pedagógicos dentro da escola, de modo a humanizar e assegurar um processo de aprendizagem significativa, onde o aluno sente necessidade e motivação de buscar o conhecimento.

A formação continuada dos educadores deverá ser atendida como um mecanismo permanente de construção de pesquisa e produção do conhecimento em uma lógica dialética, que visem a formação de habilidades e competências, que ajude a lidar com a complexidade do cotidiano escolar. Desse modo, os gestores (entendendo como todos que participam do processo de decisão na escolar) precisam ter conhecimentos abrangentes sobre currículos, gestão

educacional, políticas educacionais que se integram a escola e comunidade, condição essencial se quisermos construir um proposta de educação efetiva.

Esse processo de formação inclui oportunizar na escola atividades que resgate as práticas pedagógicas educacionais, bem como fomentar ciclos de debates na escola sobre estas temáticas, buscando fortalecer a didática como ferramenta fundamental do trabalho docente.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Simônia Peres da Silva e Maria José de Barros

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Leitura – Promoção e Formação de Mediadores” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O grupo sistematizador sugere que seja inserido o trecho na pág. 9, no final do 2º tópico (Leitura – Promoção e Formação de Mediadores).

A promoção e formação de leitores requerem algumas articulações:

1. Entende-se que a escola precisa articular o tempo e o espaço visando a formação de leitores críticos e reflexivos, propiciando ao professor, mediador desse processo, condições efetivas para a realização desse trabalho. Criadas estas condições, as escolas devem construir projetos, em conjunto com os profissionais de biblioteca, que estimulem a leitura, articulado com o trabalho dos professores nas salas de aula;

2. Somado a isso, é importante a conscientização que todos os profissionais da educação são mediadores e estimuladores da leitura, por isso precisam estar preparados para esta ação intencional. Nesse entendimento, os Sistemas de Ensino, incluindo a escola, precisam trabalhar como grupo articulado, oferecendo atividades sistemáticas, voltadas para a melhoria da aprendizagem de alunos, bem como de todos os profissionais que atuam na educação.

3. Estimulando não só a leitura impressa, mas a de mundo, a global, levando o leitor a refletir e criticar, selecionando o que é importante para o seu crescimento intelectual.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Não houve.

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):

Posição Majoritária

Posição Minoritárias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Além dos eixos abordados no Texto Referência, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo eixo:

Não houve.

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):

Posição Majoritária

Eixo Temático e seus desdobramentos

III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação

- Gestão e Financiamento de Políticas Educacionais num Regime de Colaboração
- FUNDEB e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino
- Transferência de Recursos: Gestão e Compromisso
- A Vinculação dos Recursos e a Manutenção e Desenvolvimento da Educação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Thiago Alves

Documento Referência

Eixo III: Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência.

Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

• **Acrescentar o trecho abaixo no final do parágrafo 1 (p.9) do Documento Referência: “(...) resultantes de impostos e transferências”:**

No entanto, o contexto atual do financiamento da educação tem questionado o valor investido na educação básica oriundo da vinculação constitucional, uma vez que ainda não foram criados mecanismos, além dos balanços financeiros, para fiscalizar o real investimento dos percentuais estabelecidos. Além disso, os investimentos da União têm sofrido uma redução na ordem de 20% através da Desvinculação das Receitas da União (DRU), o que significa uma perda de valores expressivos o setor.

• **Acrescentar o trecho abaixo no final do parágrafo 5 (p.10): do Documento Referência: “(...) por meio de novas bases e do incremento do percentual de recursos destinados a esse nível de ensino”:**

(...) a começar pelo investimento dos recursos que já estavam garantidos pela Constituição e que atualmente são subtraídos pela DRU.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Thiago Alves

Documento Referência

Eixo III: Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

- **Acrescentar o trecho abaixo no final do parágrafo 7 (p.10) do**

Documento Referência: “(...) definição e aplicação dos recursos”:

Embora haja dificuldade para definir o custo-aluno-qualidade, é possível inferir, com base nos valores investidos por países que têm sistemas educacionais mais desenvolvidos, que os valores por aluno praticados atualmente no Brasil são significativamente inferiores aos necessários para garantir uma infra-estrutura adequada às condições de ensino de qualidade. Desta forma é preciso aumentar o custo-aluno atualmente destinado a manutenção da educação básica para que seja possível enfrentar alguns desafios urgentes como a formação de professores e dos demais profissionais de apoio e o transporte escolar.

- **Acrescentar o trecho abaixo no final do parágrafo 8 (p.10) do**

Documento Referência: “(...) necessidade da vinculação ao PIB, em percentuais bem acima dos hoje praticados”

(...) pelo menos na ordem 7% do PIB.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Thiago Alves

Documento Referência

Eixo III: Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência.

Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

- **No parágrafo 9 (p.11):** Substituir a frase “**Ele permite o estabelecimento de novos marcos de financiamento nas diversas etapas de ensino e modalidades da educação básica**” por:

Acredita-se que os recursos auferidos pelo FUNDEB, se bem acompanhados, fiscalizados e orientados com a participação de conselhos de acompanhamento instituídos de forma efetiva no âmbito dos estados e municípios, poderão constituir um novo marco de financiamento para as diversas etapas de ensino e modalidades da educação básica.

- **Acrescentar no parágrafo 11 (p.11): “Buscar alternativas para aprimorar os gastos públicos”:**

(...) através da capacitação de gestores educacionais, da descentralização dos recursos para as escolas, da avaliação dos investimentos em relação à aprendizagem e “**discutir fontes para a ampliação do financiamento da educação, por meio**”

(...) de um maior esforço da União, que tem um menor comprometimento de suas receitas de impostos e contribuições com a educação básica do que os estados e municípios.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Thiago Alves

Documento Referência

Eixo III: Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência.

Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

• **Acrescentar no parágrafo 17 (p.11): “Apoiar a criação e a consolidação de conselhos estaduais, municipais e escolares”,**

(...) inclusive através da garantia de recursos da União para seu funcionamento e de mecanismos que propicie sua atuação autônoma;

Posições Minoritárias

Segue uma proposta acolhida pela plenária e que se refere a um tema não abordado no documento de referência.

As atividades de pesquisas com os discentes da educação básica permite a criação de um novo ambiente de aprendizagem nas unidades escolares, no entanto, esta atividade não tem recebido apoio financeiro para sua realização. Acredita-se que seja necessário um mecanismo de financiamento para estimular e garantir a realização destas atividades, inclusive com inclusão a das horas dedicadas às pesquisas práticas e teóricas na carga horária semanal do docente na escola.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Thiago Alves

Documento Referência

Eixo III: Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Os colóquios abordaram a questão da escolha de gestores educacionais e a questão da criação, funcionamento, fortalecimento e efetivação dos conselhos de acompanhamento e fiscalização de recursos no âmbito dos estados e municípios. O texto de referência faz uma rápida menção a estes assuntos nos parágrafos 8 e 9 (p.10 e 11). Seguem abaixo as proposições dos colóquios, como uma contribuição para a melhoria dos processos de gestão, controle e fiscalização dos recursos.

- 1) Que no processo de escolha do secretário municipal de educação seja pré-requisito para o cargo que o servidor seja um docente efetivo com formação em gestão educacional;
- 2) Que o Ministério da Educação ofereça periodicamente cursos de capacitação para os secretários municipais de educação;
- 3) O fortalecimento dos conselhos municipais de educação através da garantia de recursos da União, inclusive equipamentos (computadores e etc) para seu funcionamento. Que sejam criados mecanismos que propiciem sua atuação autônoma, uma vez que eles não têm a garantia de repasse das verbas contidas na dotação orçamentária prevista em Lei municipal;
- 4) Que os conselhos municipais existam não somente nas leis, mas que sejam autônomos e exerçam suas atribuições;
- 5) Que as secretarias municipais disponibilizem servidores à disposição para os conselhos municipais de educação;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Thiago Alves

Documento Referência

Eixo III: Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Quanto à promoção da autonomia da escola visando à melhoria de suas ações pedagógicas, que o texto de referência aborda no parágrafo 15 (p.11), seguem as contribuições.

- 1) Criação de um grupo para fiscalizar a inclusão das crianças na escola;
- 2) Formação continuada dos gestores escolares e dos professores por meio da aplicação e gestão de recursos dos estados e municípios destinados à educação;
- 3) Empreender ações de formação imediata e contínua de gestores escolares, uma vez que parte dos professores que se tornam gestores não têm experiência e nem formação para a função;
- 4) Que os gestores escolares tenham capacidade de liderança e exerçam suas funções sem autoritarismo;
- 5) Que seja ampliada a capacidade de articulação e multiplicação dos formadores, no sentido de fortalecer tudo aquilo que é repassado nos cursos e programas que são desenvolvidos pelo governo;
- 6) Que haja a ampliação de recursos a partir de levantamentos, diagnósticos, elaboração do plano municipal de educação, buscando a priorização das necessidades, desburocratização dos processos de gestão e o envolvimento de todos os atores sociais;
- 7) Definição de políticas de estratégias para a solução dos problemas quanto ao transporte escolar. Problema este que é enfrentado, principalmente, pelos municípios no que se refere ao gerenciamento e ao pagamento das despesas;
- 8) Repensar as práticas pedagógicas para elevação da auto-estima do aluno, visando a qualidade do ensino e o envolvimento da família;
- 9) Que as políticas de redistribuição de renda sejam uma das formas de fortalecer o sistema de ensino, tendo em vista o índice de desenvolvimento humano (IDH) de cada região.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11/2007 a 24/11/2007

Responsável pela sistematização: Thiago Alves

Documento Referência

Eixo III: Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Minoritárias

Segue abaixo uma proposta não contemplada nos texto de referência e que faz parte dos processos de gestão, controle e fiscalização dos recursos citado no parágrafo 8 (p.10)

- 1) Fortalecimento e regulamentação do papel fiscalizador do Conselho do FUNDEB, com relação à aplicação dos recursos do fundo;
- 2) Que haja a capacitação continuada dos conselheiros dos conselhos do FUNDEB para possibilitar ações do conselho no sentido de fiscalizar e dar transparência aos recursos aplicados pelo fundo;
- 3) Criação de um fundo específico para a educação, administrado por um gestor vinculado à rede de educação e à secretaria municipal com o objetivo de não ter que se submeter à autorização da secretaria de finanças para aplicar os recursos da educação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Não houve.

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):

Posição Majoritária

Posição Minoritárias



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Além dos eixos abordados no Texto Referência, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo eixo:

Não houve.

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):

Posição Majoritária

Eixo Temático e seus desdobramentos

IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica

- Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
- Contextualização Curricular a partir da Diversidade Regional
- Educação Indígena
- Educação e Afrodescendência
- Educação no Campo
- Educação de Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades Super Dotadas
- Ampliação do Tempo Escolar
- Educação e Diversidade Sexual
- Construção da Cultura da Paz no contexto da Escola



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdivino Souza Ribeiro

Documento Referência

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

As Secretarias estaduais e municipais precisam ter uma proposta pedagógica definida. Esta definição pressupõe fundamentação teórico-metodológica. Elas necessitam conceber a escola como processo educativo integral e contribuir para que as mesmas se vejam co-responsáveis no conjunto pela inclusão social. Nesse sentido, o papel do professor é de fundamental importância. Ele é agente direto da/na instituição educacional em participar no incluir a todos e tudo no conjunto da vida.

Quando a educação é vista nesta dinâmica, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável compreendem e desenvolvem a escolarização como um todo. O aluno é co-sujeito na construção do conhecimento. Isto supõe a capacidade de compreender e agir considerando as diferenças. A heterogeneidade tem implicações no cotidiano da sociedade, pois as diversidades culturais contribuem na aprendizagem. Nessa linha de raciocínio a inclusão educacional é muito além de colocar os alunos portadores de necessidades na “sala de aula”. É o proporcionar para incluir considerando as características individuais em um processo de estímulo no conjunto da classe.

O cotidiano escolar compreende a construção do currículo considerando o espaço local e regional. A realidade sócio-econômico-cultural deve contribuir para um contra discurso homogeneizante. Portanto, a contra argumentação a partir do espaço contribui na mobilização e articulação da cidadania no/do espaço.

O processo educativo sinalizado acima há de executar uma ação permanente em temas e ações transversais compreendidas a partir do Projeto Político Pedagógico. Portanto, este projeto precisa contemplar as várias diversidades: – cultural, étnico-racial e regional em convergência inter-relacional.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdivino Souza Ribeiro

Documento Referência

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Contextualização Curricular da Diversidade Regional” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

A educação escolar deve considerar o seu espaço imediato. O local e a região da escola são elementos constitutivos da proposta da escola como um todo e que envolve o currículo. Portanto, o ato de educar há de exercer o seu papel, não podendo desenvolver uma postura assistencialista com os educandos, tidos como “deficientes”. Porém, precisa atentar-se a ajudar a buscar apoio junto aos órgãos competentes. Nesta lógica, a classe trabalhadora da educação precisa se mobilizar para tornar eficaz a educação inclusiva.

A educação escolar se dá em tomada constante de posição. É uma postura essencialmente política. A neutralidade perante a exclusão é impossível no processo educativo e isso prescinde de uma tomada de posição e construção de uma proposta a partir da região da escola. Compreende-se que seja necessária uma atitude por parte dos profissionais da educação, ou seja, a construção de um código de ética.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdivino Souza Ribeiro

Documento Referência

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Educação Indígena” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

No estado de Goiás existem três grupos indígenas: Tapuio, Avá Canoeiro e Karajá. Eles são assistidos no processo escolar a partir da realidade da etnia. A esta preocupação está a necessidade de preservar a diversidade dos grupos indígenas em relação ao conjunto da sociedade predominante, bem como a especificidade de cada um.

A capacitação dos professores indígenas deve considerar todos os aspectos de sua cultura, inclusive lingüística. É urgente o resgate dos elementos sócio culturais em um processo de inclusão, não perdendo os elementos de suas especificidades. Entretanto as ações do processo educacional escolar básico precisam considerar a necessidade de integrar o ensino profissional. Porém, não se pode subjugar ao pensamento predominante na sociedade estabelecida, mas é preciso voltar-se para as realidades e anseios das comunidades, bem como a busca de melhorias na sobrevivência. Nessa ótica, se faz necessário construir parcerias com municípios, estados e outras instituições visando o melhor atendimento das diversidades existentes.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdivino Souza Ribeiro

Documento Referência

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Na página 12, no 3º parágrafo incluir a palavra grifada e em negrito:

Pode-se dizer que há consenso na educação brasileira acerca da necessidade da inclusão, sobretudo quando se observa o caráter excludente da sociedade brasileira e suas repercussões na garantia dos direitos sociais e humanos. Mas, além de sensibilidade e reconhecimento para desencadear ações concretas, são necessários posicionamentos, **políticas públicas**, práticas políticas e o entendimento da relação entre inclusão, exclusão e diversidade, articulados a uma visão ampla de educação e desenvolvimento sustentável.

Na página 13, no 4º parágrafo incluir a palavra grifada e em negrito:

Para avançar na discussão, é importante compreender que a luta pelo reconhecimento e o direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais. Pelo contrário, ela coloca em questão a forma desigual pela quais as diferenças vêm sendo historicamente tratadas na sociedade, na escola e nas políticas educacionais. Essa luta alerta, ainda, para o fato de que ao desconhecer a diversidade, pode-se incorrer no erro de tratar as diferenças de forma que, ao desconhecer a diversidade, pode-se incorrer o erro de tratar as diferenças de forma discriminatória aumentando ainda mais a desigualdade, que se propaga via a conjugação de relações assimétricas de classe, **etnia**, gênero, idade e orientação sexual.

Na página 14:

Parágrafo 1º: Verificar a sigla **GLBTs** ;

Parágrafo 6º: Retirar a palavra **sociais**

Na página 15 acrescentar as expressões grifadas e em negrito:

Item 3: Reconheçam a necessidade de ações e políticas direcionadas à ampliação da jornada escolar **com garantia de qualidade**, bem como a melhor utilização do tempo e espaço pedagógico;

Item 7: Estejam abertas ao diálogo com os movimentos sociais e a comunidade, reconhecendo a sua trajetória de luta pelo respeito à diferença, **pelo reconhecimento de seus saberes e a valorização de sua cultura**, como atores políticos centrais na delimitação das ações;

Item 9 – **Direcionar recursos financeiros para formação de profissionais da educação e produção de material didático pedagógico de acordo com que estabelece a Lei 10.639/03.**

Ainda na página 15, no parágrafo após o item 8, incluir as palavras grifadas e em negrito:

Com essas condições e em consonância com os diversos movimentos sociais, o poder público **deverá** indicar políticas que possibilitem:

Item 5: Implementação de novas formas de organização e gestão para educação de jovens e adultos, para as escolas do campo, para os povos da floresta e para os estudantes com deficiência e/ou altas habilidades/superdotas, **afrodescendentes** e diversidade de **gênero**.

Na página 16 acrescentar as expressões grifadas e em negrito:

Item 11: Criação de condições políticas, pedagógicas e financeiras que garantam a implementação da Lei 10.639/03 que altera a LDB no artigo **26-A e 79-B**.

Item 12 – Condição para a realização de fóruns, encontros, conferencias regionais articulados com diferentes segmentos que possam discutir e fortalecer ações de combate à discriminação racial.

Acrescentado no plenário: Formação inicial e continuada para trabalhadores das comunidades quilombolas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdivino Souza Ribeiro

Documento Referência

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

Na página 15, 1ª parte incluir a expressão grifada e em negrito:

Item 3: Reconheçam a necessidade de ações e políticas direcionadas à ampliação da jornada escolar, **de acordo com a realidade da comunidade atendida**, bem como a melhor utilização do tempo e espaços pedagógicos.

Na página 15, 2ª parte incluir a expressão grifada e em negrito:

Item 2: Condição aos profissionais da educação de tornar o espaço escolar um espaço sócio-cultural pleno de direitos de aprender e de respeito à diversidade, **garantindo atendimento especializado aos alunos com necessidades educativas especiais;**

Item 7: Autonomia às escolas do campo, especialmente na construção do Projeto Pedagógico, no uso dos recursos financeiros, bem como efetivação de mecanismos de participação colegiada das comunidades na organização e gestão das escolas; **valorização, com incentivo profissional para os educadores do campo; investimento na gestão democrática com ênfase para o fortalecimento dos conselhos escolares;**

Item 8: Reconhecimento, garantia e construção de projetos-pedagógicos voltados à educação das comunidades remanescentes de quilombos **e outras comunidades remanescentes tradicionais;**

Item 12: Priorizar a criação e incentivo à manutenção de escolas do campo no campo.

Posições Minoritárias

Acrescentada na plenária da Conferência:

Garantir a educação básica em todos os níveis e modalidades em escolas do campo, assegurando transporte escolar de qualidade para alunos e profissionais da educação, no âmbito do meio rural para escolas do campo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdivino Souza Ribeiro

Documento Referência

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Educação de Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades/Superdotadas” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

A educação escolar das pessoas com deficiência e portadoras de altas habilidades deve se nortear a partir do cotidiano da escola. Não se concebe mais a chamada “escola especial”. Mas para isso, é necessária a formação inicial e continuada dos profissionais da educação. No que se refere aos portadores de deficiência e de altas habilidades é necessário garantir suporte a todos os profissionais, seja técnico ou pedagógico.

A dinâmica de organização da escola deve contemplar oportunidades de estudos e de socialização de conhecimentos em um processo de formação constante. Com vistas à inclusão é necessário compreender e desenvolver ações que contribuam com a inclusão na sala de aula e no cotidiano da escola e do aluno. Para tanto se reitera a capacitação e qualificação em áreas diversificadas de atendimento. Por isso, propõe-se que sejam ofertadas, no contra turno, atividades com professores de diferentes áreas da educação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdivino Souza Ribeiro

Documento Referência

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Educação e Diversidade Sexual” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

A questão da sexualidade está na escola e pouco tem conquistado espaço nas discussões do cotidiano escolar. Mas o grupo sinalizou alguns aspectos que mostram a inquietação com relação ao assunto.

É necessário reforçar o caráter laico das escolas e do Estado. Para tanto se faz necessário a formação continuada e espera-se, com isso, a superação da homofobia, da lesbofobia e da transfobia. Portanto, é necessário construir políticas públicas que amparem e garantam aos profissionais a legitimidade de trabalhar a temática, considerando a produção teórica existente sobre o assunto.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Valdivino Souza Ribeiro

Documento Referência

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Construção da Cultura da Paz no contexto da Escola” não fez sugestões de alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

A paz não se faz por decreto. Ela pressupõe um convencimento no interior do indivíduo e da sociedade. Nesse sentido, a educação básica é espaço/momento propício de contribuição na construção da cultura da paz. A inclusão e a cultura da paz pressupõem compreender e vivenciar a existência de outras compreensões, práticas e culturas. Negar esta realidade é fazer violência impondo o poder/pensamento dominante.

Mas a cultura da paz não é simplesmente ausência de guerra, conflitos diretos ou qualquer violência física. Ela inclui compreender e experimentar a superação das condições degradantes de parcela dos humanos, e outros seres vivos, quanto ao básico satisfatório para a existência. Nesse sentido, compreende-se que a cultura da paz no contexto da escola envolve a inclusão na/da escola das/nas culturas diferentes e dos indivíduos tidos como diferentes.

Posições Minoritárias

Acrescentada na plenária da Conferência:

Elaboração de políticas públicas de inclusão e permanência de adolescentes em regime de Liberdade Assistida e em situação de rua, que assegurem o cumprimento dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no respeito aos direitos do adolescente, como pessoas em um período peculiar de seu desenvolvimento.

Eixo Temático e seus desdobramentos

V – Formação e Valorização Profissional

- Formação Inicial e Continuada de Professores
- Avaliação Docente como Instrumento de Valorização
- Funcionários de Escola: Formação e Identidade Profissional
- Valorização: Piso Salarial Profissional e Desenvolvimento na Carreira
- Educação a Distância e Formação de Professores



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Maria de Fátima de Araújo Godinho

Documento Referência

Eixo V: Formação e Valorização Profissional.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência.

Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Formação Inicial e Continuada de Professores” não fez alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

Quanto à concepção de formação de professores, reafirmamos que a pesquisa se constitui em princípio cognitivo e formativo, porém é necessário pensar em políticas para efetivação da pesquisa, constando esta na condição de trabalho do professor e não apenas como reflexão individual da sua prática.

Há algumas lacunas e controvérsias no Documento Referência que necessitam de uma discussão mais ampla, entre eles, este grupo destaca:

- A necessidade de garantia de condições de trabalho na escola. Sugerimos acatar a proposta do CNTE que propõe mapear as condições atuais e elaborar políticas eficazes para o setor.
- Apesar do Piso Salarial Nacional, há inúmeras formas de carreiras profissionais nos estados e municípios. Julgamos necessário discutir Diretrizes Nacionais para a carreira dos profissionais da educação como indicam as entidades representativas, inclusive CNTE e ANFOPE;
- A compreensão da articulação teoria e prática necessita ultrapassar a visão pragmatista /utilitarista e ser concebida como práxis, unidade teoria como construção e transformação da prática;
- Fortalecer a formação inicial dos cursos presenciais de pedagogia e das licenciaturas nas Instituições Públicas de Ensino Superior, com maior acompanhamento (avaliação) das Instituições Privadas formadoras de Professores, bem como evitar a formação fragmentada e aligeirada proporcionadas em alguns curso;
- Optar pela formação à Distância proposta pela UAB apenas na formação continuada,
- Considerar a Base Comum Nacional para a formação de professores;

- Fortalecer as ações de sindicalizações como aspectos da profissionalização e profissionalidade;
- A formação continuada não deve ser vista apenas como palestras, cursos esporádicos, mas como uma política permanente de formação endossada por uma gestão democrática, por um plano de carreira, que visualizem esta formação numa perspectiva coletiva e não apenas individual, com apoio financeiro, principalmente vinculado às atividades de pesquisa,
- Criação de órgão de financiamento para pesquisas desenvolvidas pelos professores da Educação Básica;
- Articular as diretrizes de educação básica com a formação de professores, tendo em vista a qualidade da educação básica;
- Retornar as discussões das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica;
- Assegurar que formação docente para a Educação Básica seja realizada em nível superior.

Posições Minoritárias

Não foram apresentadas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Maria de Fátima de Araújo Godinho

Documento Referência

Eixo V: Formação e Valorização Profissional.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Avaliação Docente como Instrumento de Valorização” não fez alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

A avaliação docente é necessária e fundamental, precisa ser diagnóstica, somatória e formativa, elaborada e desenvolvida pelo coletivo (diversos segmentos). Ela deve estimular o aproveitamento real das potencialidades dos educadores, pois não basta avaliar, é preciso ir além da identificação das fragilidades e apontar caminhos para a solução dos problemas.

É preciso viabilizar a garantia da formação de qualidade pública e gratuita, para tanto a formação continuada não só deve preencher as lacunas da formação inicial, mas deve incentivar a pesquisa e as pós-graduações.

Quanto à ampliação das vagas de Educação a Distância, primeiramente a legislação docente, sobretudo os Estatutos do Magistério, devem considerar a legitimidade da EAD, conforme prevê a LDB;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Maria de Fátima de Araújo Godinho

Documento Referência

Eixo V: Formação e Valorização Profissional.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições Majoritárias

O Colóquio “Funcionário de Escola Formação e Identidade Profissional” não fez alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados pelos participantes no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

O processo de formação profissional dos Funcionários da Educação deve abranger a concepção do técnico em educação para poder alcançar todos os elementos envolvidos no processo formativo tais como: competências valores, conhecimentos, habilidades, aprendizagens, currículos, experiência prática e avaliação. Dessa forma o funcionário construirá sua identidade, lembrando que uma educação de qualidade passa pela melhoria e qualificação do funcionário administrativo da Educação. As mudanças pretendidas na formação e construção da identidade dos funcionários da educação passam por algumas ações, como:

- Plano de carreira para funcionários da escola (administrativo da educação);
- Mudança no olhar para o administrativo no interior da escola,
- Ter condições satisfatórias de trabalho;
- Promover a identidade administrativa, do profissional da educação;
- Concurso Público em todas as estâncias públicas;
- O processo de terceirização do serviço administrativo não contribui para o projeto pedagógico da educação;
- Ampliar a oferta dos cursos para os profissionais da educação; e respeitar a carga horária e o estatuto do plano de carreira em todas as esferas, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade tanto no nível técnico, quanto tecnológico;
- Formação inicial com condições para que se possa desenvolver a formação continuada em exercício.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Maria de Fátima de Araújo Godinho

Documento Referência

Eixo V: Formação e Valorização Profissional.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições majoritárias

O Colóquio “Piso Salarial Profissional e Desenvolvimento na Carreira” não fez alterações apontadas no Texto Referência. O texto abaixo foi fielmente elaborado a partir dos tópicos apontados no relatório do colóquio, entregue à Comissão Organizadora.

A instituição do piso salarial deverá abranger todos os trabalhadores em educação. O governo federal deverá complementar os recursos necessários quando municípios e Estados não conseguirem, dentro do orçamento da Educação, executar o piso, estabelecendo assim condições para a implementação do Plano de Ações Articuladas para execução do PNE. O Art.23 da Constituição Federal e Ementa constitucional 53 abrem espaços aos regimes de colaboração entre os entes federados.

Sugere-se acrescentar na página 17 do Documento Referência, após a letra g:

h) Implementação de sistema de avaliações funcionais que condicionem com clareza uma avaliação positiva à evolução na carreira.

i) Fazer cumprir a Lei de incentivo a dedicação exclusiva, conforme consta no Estatuto do Magistério.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Goiás

Realizada em 22/11 a 24/11 de 2007

Responsável pela sistematização: Maria de Fátima de Araújo Godinho

Documento Referência

Eixo V: Formação e Valorização Profissional.

Modificações no Texto

Apresentar as modificações sugeridas e a sua localização no parágrafo do texto referência. Utilizar até 10 linhas para cada modificação.

Posições majoritárias

Inserir o trecho abaixo na página 20 do Documento Referência, no final do segundo parágrafo:

A educação a distância precisa ampliar a oferta de vagas, é preciso garantir a maior participação dos educadores e as diversas legislações docentes devem reconhecer a educação a distância, como preconiza a LDB.

Posições minoritárias:

Contribuições dos grupos, mas não foram indicadas a localização no Documento Referência:

As condições dignas de trabalho exigem que sejam respeitadas as indicações do CNTE em relação ao número de alunos por sala em todos os níveis e modalidades da Educação Básica.

Criar mecanismos para que todos os professores possam receber formação direta e não por intermédio de mediadores ou multiplicadores.

Adequação da hora relógio para hora-aula aos profissionais que fazem parte da equipe pedagógica.

Que seja incluído no currículo o Ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina a partir do Ensino Fundamental.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Não houve.

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):

Posição Majoritária

Posição Minoritárias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conferência Nacional da Educação Básica

Além dos eixos abordados no Texto Referência, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo eixo:

Não houve.

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):

Posição Majoritária

SEE

Secretaria de Estado da Educação



**GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS**

Desenvolvimento com Responsabilidade

Relação dos representantes do Estado de Goiás na Conferência Estadual da Educação Básica, conforme decisão da plenária final da CEEB-GO, realizada no dia 24 de novembro de 2007

Instituição	Representante	Local de Trabalho
Assembléia Legislativa	Frei Valdair de Jesus	Presidente da Comissão de Educação
Comissão Pastoral da Terra - CPT	Waldivino Rosa Ferreira	Mutunópolis
Conselho Estadual de Educação - CEE	Antônio Cappi	Vice-Presidente
	José Geraldo de Santana Oliveira	Conselheiro
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás	Ana Maria Dias Caetano	Vice-Presidente e Secretária de Políticas Sociais
Gestores	Adelair Abadia Cotinik	
	Ozias Martins de Oliveira	
Gestores Municipais	Ana Maria Emos Pereira	Senador Canedo - Entorno Goiânia
	Jarbas de Paula Machado	São Luiz dos Montes Belos - Oeste
	Kátia Soares Madalero Menezes	Lagoa Santa - Sudoeste
	Liliana Kenes Malques	São Miguel do Araguaia - Norte
Pais	Angelina Nascimento Siqueira	Escola Estadual Nhá-Nhá do Couto
	Iêda Leal de Souza Martins	Escola Municipal Evangelina Pereira da Costa
	Simone Vieira	Escola Estadual Marinete Silva
Secretaria de Estado da Educação - SEE	Edvânia Braz Teixeira Rodrigues	Superintendente de Desenvolvimento e Avaliação
	Joel Ribeiro Zarantim	Professor da Rede Estadual
	Nancy Moreira Arataque Duarte	Subsecretária Regional de Educação de Inhumas
	Neidimar Leles Vieira	Diretora da Escola Estadual Nhá-Nhá do Couto
Sindicato dos Professores do Estado de Goiás - SINPRO	Ana Rita Marcelo Castro	Membro Suplente

	Geraldo Porfírio Pessoa Márcia de Alencar Santana	Secretário de Finanças Presidente
Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - SINTEGO	Alba Valéria Lemes Lauria Delci de Souza Barros Domingos Pereira da Silva Maria Euzébia de Lima	Secretaria Geral Presidente Tesouraria Geral
Tribunal de Contas dos Municípios - TCM	Everaldo Sebastião de Sousa Marcos Antônio Borges Publius Lentilus Alves da Rocha	Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude Coordenador das Promotorias de Justiça da Comarca de Caldas Novas
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES	Guilherme S. Alves Horácio José Batista Neto Lucas Diego Costa	
União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME	Ampara Ferreira de Barros Paiva Irene Aparecida Gomes José Agtônio Guedes	Presidente da UNCME

Outros representantes que estiveram presentes:

Instituição	Representante	Local de Trabalho
Associação Nacional de Formação de Professores - ANFOPE	Iria Brezinsk	UCG
Fórum de Educação Infantil de Goiás	Sônia Santana da Costa Ivone Garcia	UFG

CONFERÊNCIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE GOIÁS
REALIZAÇÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS

DATA DA REALIZAÇÃO: 22 A 24 DE NOVEMBRO

LOCAL: PRAÇA UNIVERSITÁRIA/Setor Universitária - Goiânia-GO

Universidade Federal de Goiás

Universidade Católica de Goiás

EXPOSITORES DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROG.	TEMAS	PALESTRANTES	COORDENADOR DE MESA	LOCAL DA PALESTRA	OBSERVAÇÕES
	CONFERÊNCIA: A Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação	Conferencista: Professor MOZART NEVES RAMOS UFPE	Professora Milca Severino Pereira - Secretária de Estado da Educação	Auditório 1 - Faculdade de Educação/UFG Auditório 2 Faculdade de Direito/UFG	Transmissão simultânea para os dois auditórios
23/11/2007	Conferência – Eixo I - Os Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.	Professora CLÉLIA BRANDÃO - CNE	Professora Denise Silva Araújo - UCG	Auditório do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública - UFG	
	COLÓQUIOS	RELATOR/COORDENADOR		LOCAL DOS COLÓQUIOS	
	* O PDE e as Ações Articuladas	Domigos Pereira da Silva (SINTEGO),		Sala 307 Área II -UCG	
	*A Contribuição da Educação a Distância no Fortalecimento dos Sistemas de Ensino	Ana Paula de A. S. Magalhães (UEG) Ana Maria Lemes Coelho, Maria das Graças Araújo (NTE-Goiânia)		Sala 308 Área II -UCG	
	* O PNE na perspectiva dos Planos Estaduais e Municipais de Educação	Aldimar Jacinto Duarte e Geraldo Porfirio Pessoa (UFG)		Sala 401 Área II -UCG	

* Sistema Nacional de Avaliação	Edna Maria de Amorim Ferreira e Simone Maria dos Santos Cruz (SEE - SUEM), Soraia Paranhos Netto (Subsecretária Regional de Educação)		Sala 402 Área II -UCG	
* Educação Para Todos ao Longo da Vida	Maria Helena Barcellos Café - CEE-GO)		Sala 404 Área II -UCG	
* Função Social da Escola	Janaina Cristina de Jesus (CME- Goiânia) Rosane Cândido de Almeida(SME- Goiânia)		Sala 405 Área II -UCG	
* O Setor Privado da Educação na Construção do Sistema Nacional	Ampara Ferreira de Barros Paiva - UNCME/CME - Goiânia), Débora Cristina (UEG)		Sala 406 Área II -UCG	Não foi debatido
Conferência – Eixo II - Democratização da Gestão e Qualidade social da Educação	Professor LUIZ DOURADO - UFG	Professor José Luiz Domingues - Assessor Técnico - SEE	Auditório da Faculdade de Enfermagem e Nutrição - UFG	
COLÓQUIOS	RELATOR/COORDENADOR			
* O Papel das TICs na Educação e a Inclusão Digital	Denise Cristina Bueno(NTE) e Rose Mary Almas		Sala 01 - Faculdade de Direito -UFG	
* Transversalidade da Educação Especial na Educação Básica	Eunice Magda de Souza Campos (SEE)		Sala 02 - Faculdade de Direito -UFG	
* Gestão Democrática das Escolas e dos Sistemas de Ensino: relação entre sujeitos e as instâncias de participação	Aldimar Jacinto Duarte e Geraldo Porfirio Pessoa (UFG)		Sala 03 - Faculdade de Direito -UFG	
* As Tecnologias e Conteúdos Multimidiáticos na Educação Básica	Patrick John O'Sullivan (UCG)		Sala 04 - Faculdade de Direito -UFG	
* Educação Infantil em Novas perspectivas	Dilma Vieira da Silva Mattos(CME- Goiânia) e Tânia Maria Palma Borba (CME- Goiânia)		Sala 05 - Faculdade de Direito -UFG	

* Ensino Médio Integrado e Educação Profissional	Norma Tavares e Márcia Salete Silva (SEE- SUEP)		Sala 06 - Faculdade de Direito -UFG	
* Ensino Fundamental de Nove Anos	Sônia Santana da Costa (UFG)		Sala 07 - Faculdade de Direito -UFG	
* Educação de Jovens e Adultos	Marcos Otoniel da Cunha (CME Goiânia), Hélia Pereira de Freitas (SEE - SUED)		Sala 08 - Faculdade de Direito -UFG	
*Currículo, Tempo e Espaço	José Mariano Lopes Fonseca (Faculdade Padrão) e Ivoni de Souza Fernandes (SEE - GAED-Faculdade Padrão)		Sala 09 - Faculdade de Direito -UFG	
*Leitura - promoção e formação de mediadores	Katiúcia Neves Almeida (SEE-SUEF)		Sala 10 - Faculdade de Direito -UFG	
Conferência – Eixo III - Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.	DANIEL SILVA BALADAN Presidente do FNDE	Professora Maria do Carmo Abreu - PROGAD/UEG	Auditório da Faculdade de Medicina - UFG	
COLÓQUIOS	RELATOR/COORDENADOR			
* Gestão e Financiamento de Políticas Educacionais num Regime de Colaboração	Marise Helena Valverde de Sousa (SEE- SUPP)		Sala 01 - Mini-auditório Faculdade de Educação -UFG	
* FUNDEB e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino	Valeriane Sousa Terra Peres(SEE - SUPP)		Sala 02 - Faculdade de Educação -UFG	
* Transferência de Recursos: Gestão e Compromisso	Regina Célia Gomes da Silva Carmo e Miriã Clemente de Freitas (CEE - Goiânia)		Sala 03 - Faculdade de Educação -UFG	
* A Vinculação dos Recursos e a Manutenção e Desenvolvimento da Educação	Divino Alves Bueno (SEE-SUED)		Sala 04 - Faculdade de Educação -UFG	

23/11/2007	Conferência – Eixo IV - Inclusão e Diversidade na Educação Básica.	Professora Dulce Barros - UFG	Professora Mercês Pietsch Mendonça CEPAE/UFG	Anfiteatro da Faculdade de Medicina - UFG	
	COLÓQUIOS	RELATOR/COORDENADOR			
	* Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Cristianne Borges Miguel (SEE- GEEA), Márcia Rocha de Souza Antunes (Subsecretaria Metropolitana de Educação)		Sala 05 - Faculdade de Educação -UFG	
	* Contextualização Curricular a partir da Diversidade Regional	Edna Rodrigues Marques, Eliza Maria Dias (SEE- SUEE)		Sala 06 - Faculdade de Educação -UFG	
	* Educação Indígena	Teodoro Ribeiro de Araújo (Subsecretário Regional de Rubiataba) Izabel Alves Cordeiro Pereira (SEE- SUDA)		Sala 07 - Faculdade de Educação -UFG	
	* Educação e Afrodescendência	Iêda Leal de Souza (CME- Goiânia), Roseane Ramos Silva dos Santos(SEE - SUEE)		Sala 08 - Faculdade de Educação -UFG	
	* Educação no Campo	Antônio Ribeiro da Costa Neto (SINTEGO)		Sala 09 - Faculdade de Educação -UFG	
	* Educação de Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades Super Dotadas	Eliane Rezende de Arino e Jacira Gomes de Oliveira (SEE- SUEE)		Sala 10 - Faculdade de Educação -UFG	
	* Ampliação do Tempo Escolar			Sala 11 - Faculdade de Educação -UFG	Não foi debatido
	* Educação e Diversidade Sexual	Maria Edenice Rodrigues e Willian Gomes Custódio - (SEE-SUEE)		Sala 12 - Faculdade de Educação -UFG	
* Construção da Cultura da Paz no contexto da Escola	Ângela Rosa Resende da Silva, Iêda Aparecida Alves (SEE- SUEF)		Sala 13 - Faculdade de Educação -UFG		

	Conferência – Eixo V - Formação e Valorização Profissional	Professor João Ferreira-UFG	Professora Maria Euzébia de Lima (Bia) - SINTEGO	Auditório da Faculdade de Direito - UFG	
	COLÓQUIOS	RELATOR/COORDENADOR			
	* Formação Inicial e Continuada de Professores	Delci de Souza Barros (SINTEGO)		Sala 301 Área II -UCG	
	* Avaliação Docente como Instrumento de Valorização	Ailma Maria de Oliveira(UNCME/GO), Maria Euzébia de Lima (Bia) - SINTEGO		Sala 401 Área II -UCG	
	* Funcionários de Escola: Formação e Identidade Profissional	Maria Euzébia de Lima (Bia) - SINTEGO - Cremilda M. Batista e Sueli Correia Sales Coutinho (SEE)		Sala 401 Área II -UCG	
	* Valorização: Piso Salarial Profissional e Desenvolvimento na Carreira	Alba Valéria Lemes Lauria - SINTEGO		Sala 405 Área II -UCG	
	* Educação a Distância e Formação de Professores	Maria Euzébia de Lima (Bia) - SINTEGO Cremilda M. Batista e Sueli Correia Sales Coutinho(SEE)		Sala 406 Área II -UCG	Debatido juntamente com Funcionários de Escola: Formação e Identidade Profissional